



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

EDITAL Nº 6/2024/SEAGRI-RRS

SECRETARIA
DE ESTADO DA
AGRICULTURA –
SEAGRI, no uso de suas
atribuições legais, torna
público o EDITAL DE
CREDENCIAMENTO, que
tem por finalidade o
credenciar empresas
interessadas na prestação de
serviços de instalação
elétrica nas dependências do
Centro Tecnológico Vandeci
Rack, local onde se realiza a
Rondônia Rural Show
Internacional e o
Rondoleite, ambos
realizados pelo Governo do
Estado de Rondônia, através
da Secretaria de Agricultura
do Estado de Rondônia.

1. DO OBJETO

O presente edital visa ao credenciamento de empresas interessadas em fornecer serviços de instalação elétrica no Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização da maior feira de agronegócios da Região Norte, incluindo a Rondônia Rural Show Internacional e o Rondoleite. O intuito é satisfazer as demandas desses eventos, inicialmente por um período de até 2 anos, podendo ser prorrogado mediante atendimento às exigências técnicas e celebração de contrato com a Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia.

A contratação não implicará ônus financeiro para o Estado, isentando-o de quaisquer obrigações tributárias e trabalhistas. Entretanto, a empresa credenciada será beneficiada com o direito exclusivo de prestação de serviços de instalação elétrica para os expositores privados durante a Rondônia Rural Show Internacional.

1.1. Das Especificações Técnicas e Quantidades Estimadas

Os serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes, incluindo as estabelecidas pela Concessionária ENERGISA e a NBR 5410.

Disponer de equipamentos, ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços.

Compor em seu quadro uma equipe formada por 1 (um) Responsável Técnico (Engenheiro eletricista/Técnico), 2 (dois) eletricistas e 2 (dois) ajudantes/auxiliares.

1.2. Descrição detalhada dos serviços

Os serviços de instalações elétricas compreende a ligação do ramal de entrada em rede de Baixa Tensão até ao quadro com disjuntor de proteção do Expositor.

2. DA QUANTIDADE

Serão credenciadas até quatro empresas para fornecer serviços de instalações elétricas no Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional e do Rondoleite.

3. DOS VALORES

A proposta orçamentária submetida não deve exceder os valores especificados na última edição da tabela SINAPI.

O escopo principal para a elaboração do orçamento está limitado exclusivamente ao serviço de ligação do ramal de entrada na rede de Baixa Tensão até o quadro com disjuntor de proteção do expositor.

Quaisquer outras atividades não abrangidas pelo escopo deste edital serão negociadas diretamente com o expositor.

4. DO PERÍODO/PRAZO E DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

Estarão abertas as inscrições, pelo prazo de 10 (dez) dias corridos, de forma gratuita, a contar da data de publicação deste edital no **Sítio eletrônico oficial**. (<https://diof.ro.gov.br/>).

Poderão participar do credenciamento as pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades sem fins lucrativos de todo o território nacional, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público, que preencham as condições de credenciamento, e que tenham interesse em prestar os serviços pelas condições estipuladas neste instrumento.

As inscrições serão gratuitas e o ato de inscrição pressupõe plena concordância pelos proponentes, dos termos, cláusulas, condições do presente Edital e de seus Anexos, que passarão a integrar as obrigações dos proponentes, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

Em razão do princípio da razoabilidade, será de 10 dias úteis o período mínimo entre o dia da publicação do aviso deste edital de credenciamento e o dia da apresentação da documentação/propostas, CONFORME ANEXO I - CRONOGRAMA PREVISTO. Dessa forma, os interessados possuem prazo do **dia 25 de março de 2024 às 09h00min** até o **dia 29 de março de 2024 às 00h00min**, DE ACORDO COM O ANEXO I - CRONOGRAMA PREVISTO, para manifestarem seu interesse no objeto/serviço descrito neste edital de credenciamento, o que deverá ocorrer, através do e-mail da coordenação do evento (rondoniaruralshow@seagri.ro.gov.br).

Das Inscrições serão Habilitados ou Inabilitados os proponentes.

O interessado cuja inscrição for considerada inapta poderá interpor recurso no prazo estabelecido no cronograma anexado a este edital.

O recurso deverá ser elaborado em conformidade com o modelo do formulário de recurso (ANEXO VII), devendo ser enviado exclusivamente para o e-mail (rondoniaruralshow@seagri.ro.gov.br).

Caso o credenciado desclassificado nesta fase não apresente o pedido de recurso ou o apresentar fora do prazo fixado no cronograma (anexo II), permanecerá classificado como inapto/ Inabilitado.

Em caso de não preenchimento das vagas a SEAGRI convocará o suplente.

5. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA FINS DO CREDENCIAMENTO

Para realizar o credenciamento o interessado deverá entrar em contato com a coordenação do evento/comissão através do e-mail (rondoniaruralshow@seagri.ro.gov.br), informando que possui interesse na instalação e o fornecimento dos serviços de internet mencionados neste edital de credenciamento, preenchendo o “Anexo III – Documento de Credenciamento” e anexando-o ao e-mail a ser enviado à coordenação.

O credenciamento e habilitação não compreende obrigatoriedade à contratação da prestação do serviço, ficando esta condicionada às necessidades e programação dos eventos.

Não será admitida a participação/inscrição/credenciamento daqueles que estejam suspensos/impedidos temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou os declarados inidôneos, nos moldes da lei.

A empresa, ao realizar o seu credenciamento, deverá apresentar, juntamente com os documentos que comprovem os requisitos elencados nos anexos deste Edital de credenciamento, os seguintes documentos exigidos por lei:

5.1. Habilitação Jurídica

- Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- Cópia dos documentos de identidade e CPF dos sócios da pessoa jurídica, do administrador da empresa e/ou do proposto procurador responsável, além de comprovante de residência;
- Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da Empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;

- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei 12.440/11, dentro da validade;
- Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

5.3. **Qualificação Técnica:**

- Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe competente, mediante apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico pelo serviço, nível superior, tecnólogo ou técnico, que comprove atividade relacionada com o objeto, com vigência na data da análise da documentação de habilitação;
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- Comprovação, fornecida pelo órgão CREDENCIANTE, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- Certidões ou atestados de obras/instalações ou serviços similares e operacional equivalente ou superior.

5.4. **Qualificação Econômico Financeira**

- Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão;

5.5. **Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal**

- Declaração de que a empresa respeita a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6. **DA PARTICIPAÇÃO**

Fica permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio desde que atendam os requisitos do Art. 15 da Lei Nº 14.133/2021.

Conforme estabelecido pelo art. 10 do Decreto Federal nº 11.878 de 2024, em seu § 1º, é vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

O interessado afirmará, sem prejuízo das demais declarações exigidas pela legislação, estar em conformidade com os requisitos de habilitação e que o seu pedido de participação atende às exigências do edital, conforme disposto no § 2º do art. 10 do Decreto Federal nº 11.878 de 2024.

7. **DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

O processo de credenciamento será conduzido por comissão/coordenação dos eventos devidamente constituída através de portaria de nomeação do gestor da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI e terá como atribuições:

- Receber, examinar, e se pronunciar sobre os pedidos de recurso;
- Receber denúncias e adotar as providências administrativas para efetivar as consequências delas decorrentes;
- Resolver os casos omissos;
- Emitir parecer técnico e individualizado por proponente, restando claro se o mesmo atende as condições mínimas de credenciamento, classificando e/ou desclassificando tecnicamente;
- Proceder a conferência dos documentos de acordo com as exigências deste Edital;
- Utilizar procedimentos de seleção respeitando a isonomia entre os competidores, bem como a impessoalidade e o julgamento objetivo.

8. **DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS/PROPOSTAS E JULGAMENTO**

As propostas serão avaliadas e julgadas pela comissão organizadora dos eventos, devidamente constituída através de portaria de nomeação do gestor da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI;

- Serão aprovadas/credenciadas as empresas que satisfizerem os critérios delineados no item 4 e cujas propostas obtiverem no mínimo 80 pontos, conforme os critérios de julgamento estipulados no item 8 do edital;
- A lista de aprovados/habilitados será divulgada considerando a classificação obtida com base na pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos em cada categoria, observado os critérios descritos no item 8;
- Os selecionados habilitados permanecerão credenciados até 2 (dois) anos após assinatura do contrato, quando cessarão os efeitos deste Edital.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

Os critérios para avaliação do credenciamento são estabelecidos de acordo com o quadro abaixo

Item	Critério de Julgamento	Descrição	Pontuação
1	Experiência	Experiência da empresa na prestação de serviço em instalação elétrica para eventos temporários ou feiras. <i>Apresentar Atestado/Acervos/Técnico que comprovem tal condição.</i>	Até 30
2	Qualificação	Qualificação e certificações dos profissionais propostos pela empresa. <i>Apresentar Certificado/declarações que comprovem tal condição.</i>	Até 30
3	Segurança	Capacidade da empresa em atender às exigências técnicas e de segurança do evento . <i>Apresentar Certificados de Normas de Seguranças que comprovem tal condição.</i>	Até 30
4	Proposta Financeira	Viabilidade econômica da proposta <i>Apresentar proposta comercial da prestação de serviço.</i>	Até 10
	Pontuação total máxima		100

A pontuação de cada documento, conforme critérios de avaliação, é definida da seguinte forma:

- **Experiência:** 10 pontos por documento
- **Qualificação:** 6 pontos por documento
- **Segurança:** 6 pontos por documento
- **Proposta financeira:** até 10 pontos a proposta mais competitiva em termos de preço, em comparação com as demais propostas recebidas.

NOTA:

A classificação dos concorrentes será determinada pela ordem crescente das pontuações atribuídas. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, seguindo esta sequência:

- Maior pontuação no item 1: referente à experiência anterior.
- Maior pontuação no item 2: relacionado à qualificação técnica.

Caso o empate persista após a aplicação dos critérios mencionados, será realizado um sorteio público entre os concorrentes empatados.

Propostas que não estiverem em conformidade com as disposições estabelecidas neste Edital serão eliminadas.

A pontuação de cada item pode ser cumulativa, conforme especificado nos critérios de avaliação.

10. DA FASE RECURSAL

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar

esclarecimento sobre os seus termos, onde:

- a) A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- b) Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Rondônia e no site da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI.
- c) A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.
- d) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Rondônia e no site da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI, no prazo estabelecido na alínea "a".

Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

O interessado poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

11. DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O resultado do julgamento das propostas dos credenciados selecionados será publicado no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Rondônia e no site da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI até o dia **15 de abril de 2024**.

Desde que transcorrido o prazo sem a interposição de recurso administrativo ou, tendo havido a interposição, haja desistência expressa do recurso, ou após o seu julgamento, o resultado deste credenciamento será homologado pela SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI.

A homologação do respectivo credenciamento não gera, para o credenciado selecionado, direito à celebração do contrato.

O contrato ou instrumento congênere celebrado entre as partes somente produzirá efeitos jurídicos após a sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado.

12. DO TERMO DE CONTRATO

Após a homologação do respectivo credenciamento, a Contratante convocará regularmente o adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias úteis para assinar o Termo de Contrato. A vigência deste contrato será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado ou aditivado por interesse da CREDENCIANTE, conforme estabelecido por lei, desde que a CREDENCIADA atenda a todas as necessidades técnicas estabelecidas.

O prazo para início/implantação dos serviços será de 15 dias antes da realização do evento.

É facultado à CREDENCIANTE, no caso de o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o documento dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar os credenciados remanescentes, seguindo a ordem de classificação. Esta convocação ocorrerá após examinada e aceita a proposta classificada quanto ao objeto e habilitação.

Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo.

É obrigação da CREDENCIADA garantir que durante toda a execução do serviço prestado haja compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

13. DOS CASOS DE DESCRENCIAMENTO

Pela CREDENCIANTE, quando:

- A CREDENCIADA deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato, Edital e termo de referência;
- A CREDENCIADA praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
- Ficar evidenciada a incapacidade da CREDENCIADA de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado;
- Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Seagri;
- Em razão de caso fortuito ou força maior;
- Desinteresse da Administração;
- Outras hipóteses previstas em lei;

Fica assegurado a CREDENCIADA o direito ao contraditório e ampla defesa, sendo avaliadas suas razões pela autoridade competente.

Pela CREDENCIADA, quando:

- A CREDENCIADA, justificadamente, poderá a qualquer tempo solicitar denúncia do ajuste, mediante comunicação à Seagri, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e esta deliberará sobre o pedido.
- A solicitação da CREDENCIADA deverá ser acompanhada de suas razões de impedimento ou necessidade, sendo anexo os documentos de comprovação, se houver.

14. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- a) Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços pela comissão especialmente designada;
- c) Prestar as informações necessárias para que a CREDENCIADA possa cumprir com suas obrigações, sempre que solicitado;
- d) Aplicar à CREDENCIADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis caso seja necessário;
- e) Receber, apurar e solucionar sempre que possível, queixas e reclamações dos usuários;
- f) Delegar à CREDENCIADA o direito a exploração com exclusividade do serviço de instalação elétrica para os expositores privados na Feira Rondonia Rural Show Internacional, no Centro Tecnológico Vandeci Rack;
- g) Fornecer plantas baixas da rede elétrica do Parque à CREDENCIADA.

15. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- a) Executar a integralidade dos serviços solicitados, conforme estipula os Item 3.1.3 deste instrumento e item 21 do Manual do Expositor (disponível em: <https://rondoniaruralshow.ro.gov.br/manual>);
- b) Emitir a Anotação/Registro/Termo de Responsabilidade Técnica conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Classe competente, referentes aos serviços prestados;
- c) Fornecer, ao término do evento, em meio formato digital (*excel*), relação dos expositores que contrataram o serviço de instalação elétrica.
- d) Manter e disponibilizar, quando solicitado, a comprovação por meio de recibo ou outro tipo documental, da execução dos serviços prestados;
- e) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento;
- f) Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- g) Fazer um reconhecimento prévio dos locais de trabalho, não se admitindo reclamações posteriores sobre dificuldades encontradas na execução dos serviços;
- h) Obedecer, rigorosamente, durante a execução do contrato, às normas brasileiras, às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente à NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- i) Disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da CREDENCIADA, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento De Proteção Individual – EPI;
- j) Deverá comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento dos serviços, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à CREDENCIANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas;
- k) Responsabilizar-se pelos salários, encargos social, previdenciários, trabalhistas, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, sobre o seu quadro de pessoal, incluindo os valores referente aos encargos de tributos;
- l) Conceder o acesso dos supervisores/comissão designada pela CREDENCIANTE, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços;
- m) A CREDENCIADA é responsável pela indenização de eventual dano causado ao usuário, e pessoas a eles vinculadas, decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou não, praticadas por seus profissionais ou prepostos, assim como eventuais danos causados pelos usuários no local de prestação de serviço;
- n) Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes de trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles;
- o) A CREDENCIADA deverá dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal e

em quantitativo suficiente à execução dos serviços a serem prestados, sempre que a natureza do serviço exigir;

p) Manter a execução dos serviços de acordo com as normas aplicáveis, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados;

q) Corrigir de pronto os problemas apresentados pela fiscalização da CREDENCIANTE;

r) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase do credenciamento;

s) Responsabilizar-se por eventuais paralisações do serviço, por parte de seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços credenciados, sem repasse de qualquer ônus à CREDENCIANTE;

t) Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

u) Manter a área que lhe foi permitida, durante todo o período de exploração, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

v) Os funcionários contratados pela CREDENCIADA deverão estar uniformizados, no referido uniforme deverá constar no nome da empresa;

w) A CREDENCIADA responderá nas esferas cível, penal e administrativa pelos atos de seus empregados, bem como por eventuais danos e prejuízos causados a terceiros e à estrutura disponibilizada pela coordenação. A empresa selecionada deverá manter a excelência de padrões. Igualmente, todos e quaisquer danos ou porventura venham a ocorrer aos consumidores serão de responsabilidade exclusiva da empresa selecionada;

16. DAS SANÇÕES

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração Pública poderá garantir a defesa prévia, aplicar à empresa as seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Suspensão temporária da participação em contrato público e impedimento em celebrar parceria ou contrato com órgão e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
3. Declaração de inidoneidade para celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As sanções estabelecidas nos itens 1 e 2 são de competência exclusiva do Secretário Estadual de Agricultura, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação de irregularidade à permissionária, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade, se for o caso.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

As sanções previstas nesta Cláusula não excluem as dispostas na Lei nº 14.133/2021.

17. DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

A CREDENCIADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da mão de obra, equipamentos e materiais, no limite de 50%.

No âmbito dos contratos administrativos, a subcontratação é um instituto possível, desde que seja feita de forma parcial. Sendo assim, é vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de descaracterizar a CREDENCIAMENTO e o caráter “intuitu personae” dos contratos administrativos.

18. DA RESCISÃO

A falta de cumprimento da Prestação de Serviço, total ou parcial, ensejará a sua rescisão e demais consequências previstas na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A rescisão poderá ocorrer por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses expressas na Lei Federal nº

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Edital de Credenciamento poderá ser revogado ou anulado a qualquer tempo, por ato da SEAGRI, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim exigir, sem direito a indenização a terceiros.

A inscrição é totalmente gratuita.

No ato da inscrição implica o conhecimento e a integral concordância do proponente com as normas e com as condições estabelecidas no edital.

O credenciado selecionado e CONTRATADO responderá pelos encargos previdenciários, trabalhistas, ISS, IR, bem como despesas com alimentação e transporte, decorrentes da execução da presente contratação.

As normas disciplinadoras deste edital de credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os credenciados interessados, desde que não comprometam o interesse da administração pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da parceria.

Os credenciados selecionados assumem todos os custos de preparação da apresentação antes e depois e documentação, não sendo a administração pública, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste edital de credenciamento.

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

A Administração Pública Estadual não cobrará aos credenciados concorrentes nenhum momento taxa para participar do Edital de Credenciamento.

A rescisão contratual poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo em processo administrativo, desde que haja conveniência da Seagri.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Equipe de Coordenação da Rondônia Rural Show Internacional, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Quaisquer irregularidades sofridas ou observadas por usuários dos serviços da credenciada deverão ser registradas junto à Coordenação da Rondônia Rural Show Internacional, por meio de denúncias/reclamações, preferencialmente por escrito, bem como registro fotográfico, ou qualquer outro meio de prova lícito e admitido em direito.

Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 14.133/21, e pelas demais legislações aplicáveis.

20. DO FORO

Elege-se, exclusivamente, o foro da Comarca de Porto Velho, Rondônia, como competente para dirimir quaisquer controvérsias que decorram da realização do presente processo de credenciamento.

CRISTIAN CAMPOS MAGNO

Gerente da 11ª Rondônia Rural Show Internacional

Portaria nº 213 de 26 de setembro de 2023

JANDERSON RODRIGUES DALAZEN

Secretário Adjunto de Estado da Agricultura

Coordenador da 11ª Rondônia Rural Show Internacional

ANEXOS

Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- ANEXO I – Cronograma
- ANEXO II – Ficha de Inscrição/Requerimento de credenciamento
- ANEXO III – Declaração de ciência e concordância
- ANEXO IV – Declaração da não ocorrência de impedimento
- ANEXO V – Declaração inexistência de trabalho de menor
- ANEXO VI – Formulário para Interposição de Recurso

- ANEXO VII – Termo de Referência
- ANEXO VIII – Minuta de Contrato
- ANEXO IX – Anexo Mapa da Feira

ANEXO I
CRONOGRAMA PREVISTO

DESCRIÇÕES DAS AÇÕES	DATA
Lançamento e Abertura para inscrição	25/03/2024
Final do período de inscrições	31/03/2024
Avaliação das propostas	01/04/2024
Publicação do resultado parcial	08/04/2024
Interposição de recursos	11/04/2024
Publicação do Resultado Final	15/04/2024
Data do Evento	20 a 25/05/2024

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO/REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Nome do Proponente:

CNPJ:

Telefone:

e-mail:

Endereço Completo:

Por meio desta, REQUERER o credenciamento para instalações elétricas que compreende a ligação do ramal de entrada em rede de Baixa Tensão até ao quadro com disjuntor de proteção do Expositor, nas dependências do Centro Tecnológico Vandeci Rack, local onde se realiza a Rondônia Rural Show Internacional e o Rondoleite, ambos realizados pelo Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia.

A requerente declara ainda ter ciência de todos os critérios, requisitos e vedações especificados no edital, termo de referência e minuta contratual, concordando plenamente com todas as disposições.

(Local e Data) _____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo

Representante Legal

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

A empresa _____, por meio de seu representante legal, declara que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de credenciamento nº _____ e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados para o processo de seleção.

(Local e Data) _____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo
Representante Legal

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

A empresa _____, por meio de seu representante legal, declara que:

- Está regularmente constituída e está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não está omissa no dever de prestar contas de parcerias anteriormente celebradas;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, nem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;
- Não teve contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas em lei;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível;
- Não tem entre seus dirigentes pessoas cujas contas de parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível;
- Não está suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração Pública;
-

(Local e Data) _____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo
Representante Legal

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENOR

A empresa _____, por meio de seu representante legal, declara que em atendimento ao previsto no Edital de credenciamento nº _____ que não existe em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

(Local e Data) _____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo

Representante Legal

ANEXO VI
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A empresa _____, por meio de seu representante legal, vem por meio deste, apresentar recurso junto a Comissão de Julgamento do Edital de credenciamento nº _____, pelas razões abaixo demonstradas.

(...)

(Local e Data) _____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Campos Magno, Gerente**, em 14/03/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANDERSON RODRIGUES DALAZEN, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 14/03/2024, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 14/03/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046611359** e o código CRC **09339CBE**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

Departamento Solicitante: SEAGRI - RRS

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

Este Termo de Referência é fundamentado na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, que regem as contratações públicas.

3. DO OBJETO

3.1. Do Objeto

O presente termo tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO** de empresas para prestação de serviços de instalação elétrica nas dependências do Centro Tecnológico Vandeci Rack, local onde se realiza a Rondônia Rural Show Internacional e o Rondoleite, visando atender as necessidades gerais da feira, mediante celebração de contrato com a Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia, pelo prazo/período de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que a empresa atenda todas as necessidades técnicas.

3.1.1. Do Objetivo

Garantir instalações elétricas de alta qualidade para a Rondônia Rural Show Internacional e Rondoleite, para o funcionamento seguro e eficiente do evento.

3.1.2. Das Especificações Técnicas e Quantidades Estimadas

Os serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes, incluindo as estabelecidas pela Concessionária ENERGISA e NBR 5410.

Disponer de equipamentos, ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços.

Compor em seu quadro uma equipe formada por 1 (um) Responsável Técnico (Engenheiro eletricista/ Técnico), 2 (dois) eletricistas e 2 (dois) ajudantes/auxiliares.

3.1.3. Descrição detalhada dos serviços

Os serviços de instalações elétricas compreende a ligação do ramal de entrada em rede de Baixa Tensão até ao quadro com disjuntor de proteção do Expositor.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Do Interesse Público

A realização da 11ª Rondônia Rural Show Internacional é de extrema importância para um público diversificado, que inclui desde órgãos públicos, agentes e instituições financeiras até empresários, agricultores e produtores, abrangendo tanto pequenos quanto grandes empreendimentos. Este evento oferece valiosas oportunidades para acesso a conhecimentos técnicos, serviços públicos essenciais e, principalmente, para a realização de negócios, impulsionando o agronegócio e a agricultura familiar no Estado de Rondônia. A edição de 2023 foi especialmente notável, movimentando aproximadamente R\$ 3,5 bilhões em negócios, contribuindo de forma substancial para o fortalecimento e crescimento da economia estadual.

Dessa forma, é fundamental o credenciamento de empresas para a prestação de serviços de instalação elétrica, visando atender às diversas demandas dos expositores da 11ª Edição da Rondônia Rural Show Internacional e 5º Rondoleite, programada para ocorrer de 20 a 25 de maio de 2024. Esses serviços desempenham um papel crucial na garantia do adequado funcionamento do evento, sendo essenciais para a infraestrutura e segurança do local, abrangendo desde estandes e áreas de exposição até palcos e iluminação externa.

O Centro Tecnológico Vandeci Rack, local de realização do evento, será o palco para essas atividades, destacando ainda mais a necessidade do credenciamento de empresas para a prestação dos serviços de instalação elétrica conforme descrito acima.

5. DA QUANTIDADE, LOCAL E PRAZO

5.1. Da quantidade

Credenciar até 4 (quatro) empresas para fornecer serviços de instalações elétricas no Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional e do Rondoleite.

5.2. Do Local

Os serviços deverão ser realizados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado no município de Ji-Paraná/RO, Km 10, Zona Rural.

5.2.1. Do Prazo

A credenciada se compromete disponibilizar a equipe que executará o serviços no prazo de 15(quinze) dias úteis antes da realização do o evento que acontecerá nos dias 20 a 25 de maio de 2024.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

A CREDENCIADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da mão de obra, equipamentos e materiais, no limite de 50%.

No âmbito dos contratos administrativos, a subcontratação é um instituto possível, desde que seja feita de forma parcial. Sendo assim, é vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de descaracterizar a CREDENCIAMENTO e o caráter “intuitu personae” dos contratos administrativos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

- Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- Cópia dos documentos de identidade e CPF dos sócios da pessoa jurídica, do administrador da empresa e/ou do proposto procurador responsável, além de comprovante de residência;

7.2. A Qualificação Econômico Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

- Cópia autenticada do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da CREDENCIADA;
- Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da Empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e

compatível com o objeto contratual;

7.3. A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do CREDENCIADO, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei 12.440/11, dentro da validade;
- Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

7.4. A **Qualificação Técnica** exigirá a apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe competente, mediante apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico pelo serviço, nível superior ou técnico, que comprove atividade relacionada com o objeto, com vigência na data de abertura dos envelopes de habilitação;
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto credenciado, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- Comprovação, fornecida pelo órgão CREDENCIANTE, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- Certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Do Credenciante

Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

Exercer a fiscalização dos serviços pela comissão especialmente designada;

Prestar as informações necessárias para que a CREDENCIADA possa cumprir com suas obrigações, sempre que solicitado;

Aplicar à CREDENCIADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis caso seja necessário;

Receber, apurar e solucionar sempre que possível, queixas e reclamações dos usuários;

Delegar à CREDENCIADA o direito a exploração com exclusividade do serviço de instalação elétrica para os expositores privados na Feira Rondônia Rural Show Internacional, no Centro Tecnológico Vandeci Rack;

Fornecer plantas baixas da rede elétrica do Parque à CREDENCIADA.

8.2. **Do Credenciado**

Executar a integralidade dos serviços solicitados, conforme estipula os Item 3.1.3 deste instrumento e item 21 do Manual do Expositor;

Emitir a Anotação/Registro/Termo de Responsabilidade Técnica conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Classe competente, referentes aos serviços prestados;

Fornecer, ao término do evento, em meio formato digital (excel), relação dos expositores que contrataram o serviço de instalação elétrica.

Manter e disponibilizar, quando solicitado, a comprovação por meio de recibo ou outro tipo documental, da execução dos serviços prestados;

Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento;

Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

Fazer um reconhecimento prévio dos locais de trabalho, não se admitindo reclamações posteriores sobre dificuldades encontradas na execução dos serviços;

Obedecer, rigorosamente, durante a execução do contrato, às normas brasileiras, às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente à NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

Disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da CREDENCIADA, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento De Proteção Individual – EPI;

Deverá comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento dos serviços, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à CREDENCIANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas;

Responsabilizar-se pelos salários, encargos social, previdenciários, trabalhistas, taxas, impostos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, sobre o seu quadro de pessoal, incluindo os valores referente aos encargos de tributos;

Conceder o acesso dos supervisores/comissão designada pela CREDENCIANTE, para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços;

A CREDENCIADA é responsável pela indenização de eventual dano causado ao usuário, e pessoas a eles vinculadas, decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou não, praticadas por seus profissionais ou prepostos, assim como eventuais danos causados pelos usuários no local de prestação de serviço;

Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes de trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles;

A CREDENCIADA deverá dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal e em quantitativo suficiente à execução dos serviços a serem prestados, sempre que a natureza do serviço exigir;

Manter a execução dos serviços de acordo com as normas aplicáveis, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados;

Corrigir de pronto os problemas apresentados pela fiscalização da CREDENCIANTE;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase do credenciamento;

Responsabilizar-se por eventuais paralisações do serviço, por parte de seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços credenciados, sem repasse de qualquer ônus à CREDENCIANTE;

Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

Manter a área que lhe foi permitida, durante todo o período de exploração, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

Os funcionários contratados pela CREDENCIADA deverão estar uniformizados, no referido uniforme deverá constar no nome da empresa;

A CREDENCIADA responderá nas esferas cível, penal e administrativa pelos atos de seus empregados, bem como por eventuais danos e prejuízos causados a terceiros e à estrutura disponibilizada pela coordenação. A empresa selecionada deverá manter a excelência de padrões. Igualmente, todos e quaisquer danos ou porventura venham a ocorrer aos consumidores serão de responsabilidade exclusiva da empresa selecionada;

9. DAS SANÇÕES

Sem prejuízo das sanções estipuladas pela Lei nº 14.133, datada de 1º de abril de 2021, em casos de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração Pública poderá, assegurando o direito à defesa prévia, impor à empresa as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em contrato público e impedimento em celebrar parceria ou contrato com órgão e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) Declaração de inidoneidade para celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As penalidades delineadas nos itens 1 e 2 são de atribuição exclusiva do Secretário Estadual de Agricultura, sendo facultada a defesa do interessado no processo correspondente, dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação de irregularidade à permissionária. Caso aplicada, a reabilitação poderá ser solicitada após dois anos da imposição da penalidade, se aplicável.

As sanções previstas não serão dispensadas, exceto se comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidamente justificados e comprovados formalmente, ficando essa decisão sempre a critério da autoridade competente, considerando o prejuízo efetivamente sofrido.

Ao aplicar as sanções, a autoridade competente levará em conta a gravidade da conduta do infrator, a natureza educativa da penalidade e o prejuízo causado à Administração, respeitando rigorosamente o princípio da proporcionalidade.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

As sanções previstas nesta Cláusula não excluem as dispostas na Lei nº 14.133/2021.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização serão conduzidos pela Comissão de Administração e Execução do Evento 11ª Rondônia Rural Show Internacional - RRS e 5ª RondoLeite, designada por meio da Portaria 213 de 26 de setembro de 2023 (ID. 0046098867), com a finalidade de assegurar a excelência e conformidade dos serviços fornecidos.

11. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

A estimativa de despesa será determinado a partir das propostas apresentadas pelas empresas que se candidataram ao credenciamento. Isso significa que a quantia dependerá das condições financeiras oferecidas por essas empresas durante o processo de seleção.

Além disso, destaca-se que o ônus financeiro dessa despesa será de inteira responsabilidade dos expositores que optarem por contratar a empresa credenciada para execução dos serviços. Desta forma, os custos associados a execução dos serviços de instalação elétrica durante o evento serão suportados pelos expositores que optarem por utilizar os serviços da empresa credenciada.

12. DA PARTICIPAÇÃO

Fica permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio desde que atendam os requisitos do Art. 15 da Lei Nº 14.133/2021.

Conforme estabelecido pelo **art. 10 do Decreto Federal nº 11.878 de 2024**, em seu § 1º, é vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física ou jurídica que:

I - esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou

II - mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

O interessado afirmará, sem prejuízo das demais declarações exigidas pela legislação, estar em conformidade com os requisitos de habilitação e que o seu pedido de participação atende às exigências do edital, conforme disposto no **§ 2º do art. 10 do Decreto Federal nº 11.878 de 2024**.

13. DO DESCREDENCIAMENTO

Conforme estipulado no **Art. 23 do Decreto Federal nº 11.878 de 2024**, o órgão ou entidade responsável pelo credenciamento poderá proceder ao descredenciamento quando se constatar:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

Pela CREDENCIANTE, quando:

A CREDENCIADA deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato, Edital e Termo de Referência;

A CREDENCIADA praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

Ficar evidenciada a incapacidade da CREDENCIADA de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado;

Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da SEAGRI;

Em razão de caso fortuito ou força maior;

Desinteresse da Administração;

Outras hipóteses previstas em lei;

Fica assegurado a CREDENCIADA o direito ao contraditório e ampla defesa, sendo avaliadas suas razões pela autoridade competente.

Pela CREDENCIADA, quando:

A CREDENCIADA, justificadamente, poderá a qualquer tempo solicitar denúncia do ajuste, mediante comunicação à SEAGRI, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e esta deliberará sobre o pedido.

A solicitação da CREDENCIADA deverá ser acompanhada de suas razões de impedimento ou necessidade, sendo anexo os documentos de comprovação, se houver.

14. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

As disposições normativas estabelecidas pela legislação em vigor e pelo edital de credenciamento serão aplicáveis, com o objetivo de garantir a transparência e a conformidade legal do processo. Este Termo de Referência constitui uma parte indissociável do procedimento de credenciamento, devendo ser observado por todas as partes interessadas, em conformidade com a legislação em vigor e os princípios que regem a administração pública.

ALEX FERNANDES ROSÁRIO

Membro da Comissão da Projeto Civil e Arquitetônico
Portaria nº 213 de 26 de setembro de 2023

CRISTIAN CAMPOS MAGNO

Gerente da 11ª Rondônia Rural Show Internacional
Portaria nº 213 de 26 de setembro de 2023

JANDERSON RODRIGUES DALAZAEN

Coordenador da Rondônia Rural Show
Secretário Adjunto de Estado da Agricultura

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

Secretário de Estado da Agricultura



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNANDES ROSÁRIO, Assessor(a)**, em 14/03/2024, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Campos Magno, Gerente**, em 14/03/2024, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, **Secretário(a)**, em 14/03/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046575536** e o código CRC **F907BDEA**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0025.000432/2024-18

SEI nº 0046575536